

Balanços Bibliográficos

Transferência de renda e violência de gênero: lacunas e controvérsias científicas¹

 Paola Stuker^I

<https://orcid.org/0000-0001-6343-6416>

Submetido em: 17/11/2022

Aceito em: 28/02/2023

 Letícia Maria Schabbach^{II}

<https://orcid.org/0000-0002-1828-6030>

DOI: [10.17666/bib9807/2022](https://doi.org/10.17666/bib9807/2022)

Introdução

Este artigo apresenta um balanço da produção científica sobre os programas de transferência condicionada de renda (PTCs) e as relações de gênero, especialmente quanto à violência em relações domésticas e familiares. Com esse recorte, o trabalho integra diferentes áreas de pesquisa nas Ciências Sociais, sobretudo em Políticas Públicas, Estudos de Gênero e Sociologia da Violência.

A focalização das políticas de combate à pobreza em nome das mulheres é uma realidade no campo de Políticas Públicas, sendo uma recomendação de organizações como o Banco Mundial (World Bank Group, 1995), considerando as disparidades de gênero. De acordo com Farah (2004), essa orientação baseia-se no argumento de que as mulheres garantiriam maior eficiência às políticas de combate à pobreza (seja por seu papel na família, seja por sua presença decisiva nos assuntos ligados à moradia e ao bairro, seja, ainda, por sua presença significativa na população pobre), e, por decorrência, o recorte impactaria na sociedade como um todo. Tal focalização é chamada de *funcionalização dos papéis*

¹ Este trabalho é produto da tese de doutorado da autora (Stuker, 2021), que pode ser acessada em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/226025>.

^I Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Porto Alegre (RS), Brasil. Atualmente, atua como Associada de Projetos no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). E-mail: stukerp@gmail.com

^{II} Doutora em Sociologia, professora associada do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS - Porto Alegre (RS), Brasil. E-mail: leticiams65@gmail.com

tradicionais de gênero pela vertente analítica que lhe atribui impactos desfavoráveis às mulheres (a exemplo de Mariano, 2008). Há, portanto, um debate inconclusivo sobre os efeitos positivos ou negativos de tais políticas focalizadas, um tema complexo que demanda balanços bibliográficos como o aqui proposto.

O artigo analisa trabalhos mapeados entre o segundo semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2021, por meio de buscas sobre os seguintes termos (em português e suas traduções para o inglês e o espanhol): “transferência de renda”, “programa de transferência de renda”, “programa de transferência condicionada de renda”, “Programa Bolsa Família” e “Bolsa Família”², combinados, quando a plataforma permitia, às expressões: “gênero”, “mulher”, “mulheres”, “violência”, “violência doméstica”, “violência de gênero”, “violência baseada no gênero” e “violência por parceiro íntimo”. As plataformas utilizadas foram o Scientific Electronic Library Online (SciELO), o Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Science Direct, mas também se efetuaram buscas menos sistemáticas no Google Scholar e nas próprias referências bibliográficas dos textos registrados. Essas plataformas foram escolhidas por serem consideradas as de uso principal no Brasil. Em complemento, também foram consultadas organizações como: o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), agências do Sistema das Nações Unidas e o Banco Mundial. O intervalo temporal abarcou a década de 2011 a 2021, incluindo algumas publicações anteriores, que foram necessárias à compreensão do campo temático. Acredita-se que esse recorte de tempo seja importante para traçar um panorama suficientemente denso e abrangente da literatura na área.

Os temas referentes às políticas de transferências de renda são amplamente investigados nos campos das Ciências Sociais, Políticas Públicas e Economia. Deste feito, mais de 8 mil trabalhos foram encontrados por meio dos descritores empregados nas diferentes plataformas para o período analisado³. A seleção dos estudos para análise envolveu o enfoque em gênero, especialmente no tocante à violência. Não obstante, a temática que combina esses temas é, ainda, pouco abordada pelos estudos. Neste balanço bibliográfico, cerca de 35 estudos foram identificados no contexto mundial e abordados neste artigo⁴.

Diante disso, este artigo pretende contribuir com a agenda de pesquisas sobre os efeitos generificados dos PTCs sobre a vida de mulheres pobres e em situação de violência doméstica, mapeando lacunas de investigação e controvérsias científicas. Com esse intento, o texto está organizado em duas seções, além dessa introdução e das considerações finais, nas quais são ressaltados os principais achados do estudo. Na primeira seção, apresenta-se brevemente a controvérsia em torno do empoderamento *versus* a instrumentalização das mulheres assistidas,

² O Programa Bolsa Família foi uma política pública de transferência condicionada de renda criada em 2003 e regulamentada em 2004 (Brasil, 2004). Apesar de ser reconhecido internacionalmente como modelo (Boscaini, 2016), foi substituído em 2021 pelo Programa Auxílio Brasil (Brasil, 2021).

³ A título ilustrativo, as buscas com esses termos resultaram em 882 ocorrências de artigos no SciELO, 1.855 ocorrências de teses e dissertações no Catálogo da Capes e 5.796 trabalhos registrados no Science Direct.

⁴ Recomenda-se a leitura da seção “2.2.1 De um tema necessário a uma lacuna de pesquisa: um levantamento das palavras-chave dos artigos” da tese que originou este artigo (Stuker, 2021), em que se ilustra a baixa ocorrência de artigos sobre gênero e violência nos estudos sobre o Programa Bolsa Família presentes no SciELO, a partir de análises com o software VOSViewer.

que é encontrada no campo dos estudos sobre gênero e transferência de renda. Em seguida, a segunda seção adentra no debate sobre os possíveis efeitos desse tipo de programa nas situações de violência baseada no gênero, destacando os achados advindos de publicações internacionais e brasileiras.

Entre funcionalização e empoderamento: a tensão científica sobre os efeitos de PTCs nas questões de gênero

Estudos sobre PTCs e gênero convergem na compreensão de que esse tipo de política pública impacta a vida das mulheres. Contudo, divergem sobre o caráter desses efeitos, se negativos ou positivos. Como já antecipado, no âmbito brasileiro, Mariano (2008) situou o debate entre dois termos que evocam duas diferentes perspectivas: “funcionalização” e “empoderamento”. A primeira defende, em linhas gerais, que o programa favorece as funções tradicionalmente atribuídas às mulheres no âmbito reprodutivo, reforçando papéis de gênero, uma vez que, além de receberem o benefício, elas ficam responsáveis pelas condicionalidades da política pública⁵. A segunda defende que o programa contribui para o empoderamento das mulheres e provoca mudanças nos padrões sociais que produzem e reproduzem a subordinação feminina.

Bartholo, Passos e Fontoura (2019) também identificam uma divisão na temática: entre pesquisas que apontam o uso instrumental da mulher pelo Estado (como uma forma de ampliar a eficácia da política pública) e a naturalização do papel feminino de cuidado e as que defendem que o acesso à renda pode aumentar o poder de decisão da titular do benefício e lhe trazer maior autonomia, além de possibilitar que a mulher participe da provisão financeira do lar, uma atribuição tradicionalmente masculina.

Os resultados empíricos de pesquisas, por sua vez, também alimentam a controvérsia sobre funcionalização *versus* empoderamento, sendo o Programa Bolsa Família (PBF) um caso que reverberou essa dicotomia. Assim, de um lado, situam-se os trabalhos que afirmam que o PBF sobrecarregava as mulheres com as condicionalidades, que, por sua vez, produziam uma valorização das funções maternas (Gomes, 2011; Mariano, 2009; Molyneux, 2007; Souza, 2015). Essas seriam características de políticas “familistas”, “generificadas” e/ou “maternalistas” (Tebet, 2012). De outro lado, estão as pesquisas que destacaram os desempenhos de autonomia e empoderamento às mulheres e, até mesmo, que o benefício contribuiria para o fim dos ciclos de violência doméstica (Costa, 2008; Fundação João Pinheiro, 2020; Moreira *et al.*, 2012; Rego; Pinzani, 2014; Rodrigues; Schabbach; Marx, 2014; Suárez; Libardoni, 2007; Stuker, 2021).

O debate sobre a referida “funcionalização” não se limita ao PBF, estando presente também em políticas semelhantes pesquisadas em outros contextos. Analisando os PTCs na Argentina e no Chile, Tabbush (2010) concluiu que a inclusão das mulheres como “condutoras de políticas” no âmbito desses programas permite que elas construam capacidades individuais diante das múltiplas dimensões da pobreza. Ao mesmo tempo, a autora aponta as limitações

⁵ As condicionalidades são compromissos previstos em PTCs que devem ser cumpridos pela família assistida, geralmente relacionados com o acompanhamento escolar e da saúde de crianças, jovens e gestantes.

desses programas ao posicionarem as mulheres apenas como as responsáveis pelo bem-estar da família, sem permitir que elas se envolvam na concepção e implementação dos programas.

Investigando o Programa Oportunidades, do México, Tepichin Valle (2005) criticou os riscos da focalização feminina, uma vez que os resultados revelaram que as beneficiárias, em sua maioria, demonstraram não ter autonomia nas decisões de caráter estratégico, para além das compras e do cuidado com os filhos. Dessa forma, o desenho do Programa Oportunidades estaria baseado na desigualdade de gênero, sobretudo no quesito econômico. Para Tepichin Valle (2005), por meio da renda monetária e da focalização feminina esse programa poderia aliviar a desigualdade econômica, mas, para isso, necessitaria incluir a dimensão cultural. Segundo a autora, combater a pobreza dentro de uma perspectiva de gênero implica fomentar a igualdade de oportunidades de mulheres e homens no acesso à educação, à alimentação e à saúde.

Podemos considerar, a partir da revisão da literatura, que os desempenhos das PTCs em termos de “funcionalização” ou de “empoderamento” não são excluídos. A Organização das Nações Unidas (ONU) reforça esse entendimento ao tratar os resultados dessas políticas como um paradoxo. Por exemplo, o relatório *Progress of the world's women 2015-2016* (UN WOMEN, 2015) concluiu que as transferências sociais podem ser ferramentas poderosas para corrigir a desvantagem socioeconômica feminina. Contudo, há riscos de elas reforçarem os estereótipos de gênero, portanto, é necessário reduzir a desvantagem socioeconômica feminina, mas sem reforçar estereótipos ou estigmatizar as mulheres que necessitam de apoio (UN WOMEN, 2015).

Desse modo, considera-se que ambas as concepções podem se relacionar, ou seja, os PTCs podem gerar, entre tensões e conformidades, o reforço do papel maternal e do lugar da mulher na esfera reprodutiva vis-à-vis a obtenção de poder na relação doméstica e na cidadania, como também defenderam Matos, Santos e Simões (2015) no tocante ao PBF. Alinhada a essa perspectiva, a próxima seção trata dos possíveis efeitos das políticas citadas em relação à violência baseada no gênero.

Fator de proteção ou de risco? Possíveis efeitos dos PTCs nas situações de violência

Aqui trataremos dos efeitos dos PTCs sobre a violência doméstica, com base em pesquisas nacionais e internacionais que, sob o enfoque do empoderamento, evidenciaram que o benefício da transferência de renda repercute sobre situações de violência no âmbito doméstico. Iniciaremos apresentando trabalhos (revisões bibliográficas e estudos empíricos) internacionais, para depois abordar a produção brasileira em torno do assunto.

Evidências no cenário internacional

Ainda que a temática sobre políticas de transferência de renda e impactos na violência baseada no gênero seja relativamente pouco explorada, tem havido um crescimento dos estudos internacionais, sobretudo de pesquisadores(as) do hemisfério norte, com enfoque nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Nesse sentido, Bell (2015), revisando a produção internacional, argumenta que o acúmulo de evidências da relação entre PTCs e violência contra mulheres se

encontra em estágio inicial. Com base nos achados das pesquisas, conclui que as citadas políticas podem reduzir tensões nas relações domésticas, mesmo que não contemplem, explicitamente, a perspectiva de gênero. Todavia, na opinião da autora, os estudos não são conclusivos quanto à redução da violência.

Hagen-Zanker *et al.* (2017), por sua vez, destacam evidências trazidas pelos estudos analisados de que as transferências de renda poderiam reduzir o abuso físico de mulheres (seis entre seis estudos com descobertas significativas) e, em menor grau, o abuso emocional ou o comportamento controlador por parte dos homens (quatro entre seis estudos com descobertas significativas). Ainda assim, dois dos seis estudos com descobertas significativas demonstraram que o abuso emocional aumentou, enquanto outro revelou que houve, em algumas circunstâncias, um aumento das ocorrências de abuso físico de mulheres quando elas receberam valores mais elevados do benefício. As explicações para esses resultados remetem à insegurança masculina perante mulheres que ampliam sua renda, o que desemboca em ameaças para coagi-las financeiramente, como já referiram Saffioti (1999) e Walker (2009). Ainda que existam divergências entre as pesquisas, os autores concluem que “as transferências em dinheiro podem aumentar o poder de decisão e as escolhas das mulheres, incluindo as relacionadas ao casamento e à fertilidade, e reduzir o abuso físico por parceiros homens” (Hagen-Zanker *et al.*, 2017, p. 5, tradução nossa).

Em outra revisão de literatura, Tankard e Iyengar (2018) constatam que as transferências de renda favorecem, em alguns casos, a redução das violências, contudo, enfatizam que as evidências existentes são insuficientes para entender como ocorrem e como perduram esses efeitos. Mesmo assim, para as autoras, tais programas seriam complementares a outras ações de enfrentamento das violências contra mulheres.

A seguir, destacam-se alguns achados de pesquisas sobre transferência de renda e violência contra mulheres que foram realizadas nos Estados Unidos, no México, no Peru, no Equador, no Chile, na Argentina, na Índia e no Paquistão.

Iniciando pelo contexto estadunidense, Spencer *et al.* (2020) desenvolveram um estudo experimental sobre os efeitos das políticas econômicas direcionadas às mulheres pobres – como é o caso da Assistência Temporária para Famílias Carentes (TANF – *Temporary Assistance for Needy Families*) e do Crédito Fiscal por Remuneração Recebida (EITC – *Earned Income Tax Credit*) no país – sobre o bem-estar das mulheres e sobre o risco de elas sofrerem violência não física perpetrada por parceiro íntimo. Com base em dados longitudinais do período de implementação das políticas, os resultados evidenciaram que poucas experiências estaduais da TANF foram associadas à vitimização por parceiro íntimo, enquanto o EITC reembolsável, uma política de transferência de renda com menos condicionalidades, teve uma influência protetora. Esses achados apontam, também, para a necessidade de se abordar a desigualdade racial entre as mulheres e os efeitos das condicionalidades nas questões de gênero e violência.

Na América Latina, diferentes pesquisas contribuíram para o debate, especialmente as voltadas ao Programa Oportunidades no México, lideradas pelo canadense Bobonis e colaboradores (Bobonis; Castro; Morales, 2015; Bobonis; González-Brenes; Castro, 2013) e pelo mexicano Balmori de la Miyar (2018). O primeiro grupo baseou-se em pesquisa quantitativa que comparou grupos de tratamento (famílias beneficiadas) e de controle (famílias não beneficiadas)

da zona rural do país. Na primeira publicação, Bobonis, González-Brenes e Castro (2013) demonstraram que as mulheres beneficiárias do Programa Oportunidades teriam aproximadamente 40% menos chances de sofrerem violência física do que as não beneficiárias, porém, ambos os grupos seriam igualmente propensos à violência emocional e à ameaça.

Em publicação mais recente, Bobonis, Castro e Morales (2015) obtiveram resultados diferenciados quanto às consequências do Programa Oportunidades sobre as situações de violência contra mulheres. Em curto prazo, as mulheres atendidas eram menos propensas à vitimização por violência física, contudo, em longo prazo, elas apresentaram maior probabilidade de sofrer abuso físico ou não físico em relação às não beneficiárias (Bobonis; Castro; Morales, 2015). Portanto, no longo prazo e sem o rompimento da relação conjugal, as situações violentas continuariam, mesmo com o recebimento do benefício.

As pesquisas mencionadas estão mais interessadas no incremento ou na atenuação dos casos de violência, sem levar em conta as condições pessoais e estruturais para as mulheres romperem com tais situações. Contudo, Bobonis, Castro e Morales (2015), ao buscarem compreender os mecanismos subjacentes às situações divergentes que se apresentaram nas análises de curto e de longo prazo, perceberam que os níveis de violência emocional relatados pelos casais beneficiários formados após o início do programa eram inferiores aos de não beneficiários.

Também com pesquisa quantitativa no México, Balmori de la Miyar (2018) avaliou se o Programa Oportunidades incentivaria as mulheres em situação de violência a realizarem denúncia à polícia. Os resultados revelaram um aumento de 30,2% nas notificações de violência à polícia realizadas pelas mulheres após o recebimento do benefício do Oportunidades. Com variações entre as áreas urbana e rural, as explicações residiriam no desempenho do programa quanto à crescente assimilação dos direitos pelas mulheres, no aumento da confiança na polícia e nas mudanças geradas no contexto familiar.

No contexto peruano, tem-se o estudo de Perova (2010), dedicado ao Programa Juntos. Trata-se de um trabalho estatístico que buscou desvendar como as mudanças na renda das mulheres beneficiárias afetariam a violência doméstica. A conclusão foi que, apesar de o incremento na renda feminina poder gerar incentivos para o uso da violência pelos cônjuges, como uma tentativa de lhes extrair recursos, essa possibilidade é menor do que o aumento do poder de barganha feminino dentro da relação e dos acessos abertos (a serviços públicos, capacitações, direitos etc.) para mulheres fora do contexto conjugal. Esse conjunto de condições provocaria uma diminuição na violência doméstica, preponderantemente para as mulheres com menos filhos e com empregos assalariados (Perova, 2010).

Ampliando a variedade de países, destacam-se os estudos da americana Hidrobo (Hidrobo; Peterman; Roy, 2016; Hidrobo; Peterman; Heise, 2016) e da inglesa Heise (2011). Em estudo sobre o programa de transferência de renda do Equador, Hidrobo, Peterman e Heise (2016) mostraram que as famílias de mulheres que receberam transferências econômicas (na forma de alimentos, dinheiro ou vales de comida) apresentaram diminuições significativas na violência física e/ou sexual. Em um período de seis meses, o comportamento agressivo de seus companheiros teria diminuído entre 19% e 30%. As autoras ressaltam

que o fator chave dessa redução foi a diminuição do estresse relacionado à pobreza, além do aumento da segurança alimentar da família, resultando em menos tensões. Ademais, ao se dirigir às mulheres, o programa habilitava-as, melhorando seu poder de barganha no lar, sua autoconfiança e sua liberdade para maior circulação.

Mesmo que os resultados das pesquisas sejam promissores, Hidrobo, Peterman e Roy (2016) alertam que ainda há muito desconhecimento sobre as potencialidades dos programas analisados. Por exemplo, muitos deles, a exemplo do programa do Equador, combinam transferência de renda com outros elementos, trazendo implicações para o capital social ou humano das mulheres em torno de: treinamentos nutricionais e condições educacionais e de saúde. As autoras concluem que as intervenções direcionadas à pobreza, como as de transferência de renda, emergiram como ferramentas promissoras para a redução da violência conjugal (Hidrobo; Peterman; Roy, 2016).

Heise (2011), referindo-se a programas de transferência de renda do México, do Equador, da Índia e da África do Sul, entende que a vulnerabilidade econômica é um agravante das situações de violência doméstica. Contudo, ela alerta que, dependendo do contexto e das circunstâncias, embora em longo prazo a capacitação econômica das mulheres favoreça a sua capacidade de se afastar de relacionamentos abusivos, em curto prazo pode ser que a agressividade masculina seja exacerbada diante do empoderamento feminino alcançado com o benefício.

No caso paquistanês, o artigo de Mitra, Bang e Abbas (2021) também evidencia que o acesso das famílias à transferência de renda reduz a tolerância para com a violência doméstica por parte das mulheres, em comparação com famílias de condição social semelhante, mas não beneficiárias. Os autores avaliaram investimentos que vieram de dentro e de fora do país, constatando que os resultados independem da origem dos recursos. As suas reflexões sugerem que o impacto sobre a violência doméstica seria mais influenciado pela redução da pobreza do que pela introdução de normas de gênero menos patriarcais.

Se há estudos que tratam sobre gênero em PTCs mas que não se referem ao tema da violência, também há pesquisas que, ao analisarem políticas de enfrentamento à violência contra mulheres, destacam as potencialidades dos programas de transferência de renda para tal finalidade. É o caso de Ellsberg *et al.* (2015), que, ao pesquisarem diferentes políticas públicas, destacam as de transferência de renda do Quênia e do Equador. As autoras concluem que, embora não tenham sido elaborados para tratar especificamente da violência contra mulheres e meninas, esses programas podem contribuir para a redução da violência praticada por parceiro íntimo e, até mesmo, para a diminuição do casamento infantil.

Em meio a esse cenário de publicações internacionais sobre o tema, merece destaque o artigo de Leite *et al.* (2019), da área de Saúde Pública, elaborado a partir de revisão sistemática da literatura mundial sobre a relação entre violência entre parceiros íntimos e programas de microcrédito (PMCs) e de transferência de renda (PTRs). Cabe destacar que, embora de autoria de pesquisadores(as) brasileiros(as), o artigo não apresentou publicações brasileiras entre as 27 analisadas. Os efeitos, tanto de PMCs como de PTRs, sobre a violência física, física/sexual, psicológica e sexual mostraram-se heterogêneos, não permitindo conclusões definitivas. Neste sentido, Leite *et al.* (2019) sugerem que as diferenças entre

os tipos de programas e a heterogeneidade dos estudos demandam novas pesquisas que melhor expliquem os contextos culturais e as características das intervenções. Em razão disso, inclusive, adentraremos na realidade nacional, examinando, a seguir, as evidências trazidas por estudos brasileiros.

Evidências no cenário brasileiro

No Brasil, estudos quantitativos e qualitativos apresentam evidências sobre os impactos do PBF na violência doméstica. Entre as pesquisas quantitativas, destacam-se os trabalhos de Moreira *et al.* (2016), Saboia (2016), Litwin, Perova e Reynolds (2019), Lavinias, Cobo e Veiga (2012) e Leite *et al.* (2022).

Utilizando dados secundários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2009, os economistas Moreira *et al.* (2016) desenvolveram um estudo probabilístico acerca do efeito do PBF (e do aumento do nível de renda das titulares) sobre a violência contra mulheres, cujos resultados demonstraram uma relação positiva entre as variáveis. Dentre as limitações do estudo, os autores citaram a própria “maneira como a construção da variável relativa ao recebimento do PBF foi construída, uma vez que a Pnad não possui informações diretas sobre o recebimento ou não do benefício” (Moreira *et al.*, 2016, p. 997). No estudo, os autores combinaram as variáveis renda familiar *per capita*, valor declarado em outros rendimentos e número de filhos para a identificação de possíveis famílias beneficiárias.

Direcionados à violência letal contra as mulheres brasileiras estão os estudos de Saboia (2016) e de Litwin, Perova e Reynolds (2019).

Em seu trabalho de conclusão de curso em economia, Saboia (2016) avaliou a relação entre dados sobre beneficiários do PBF e um *proxy* de feminicídios, representado pelo número de óbitos de mulheres por causas externas na população de 15 a 59 anos de idade, entre 2000 e 2010 (informações obtidas no Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM). Por meio de regressões estatísticas, a autora demonstrou que o PBF impacta negativamente a taxa de mortalidade feminina por causas externas no seguinte sentido: a adição de uma família como beneficiária na população total reduz a mortalidade por causas externas em 0,86 óbito por mil habitantes, em média. A relação do PBF com outras variáveis, como população municipal e Produto Interno Bruto (PIB), trouxe resultados oscilantes, mas, em geral, evidenciando o impacto do programa na redução da mortalidade feminina.

Por seu turno, Litwin, Perova e Reynolds (2019) investigaram se a expansão do PBF no período de 2004 a 2009 teria afetado a taxa de homicídios femininos e as separações conjugais. Os autores também trabalharam com os dados do SIM, além de estatísticas de registro civil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em contraposição a Saboia (2016), concluíram que o PBF não teve impacto (seja negativo, seja positivo) sobre os homicídios femininos, mas que o programa estaria associado a um maior número de separações de casais com filhos.

Independentemente dos resultados encontrados, ambas as análises (Litwin; Perova; Reynolds, 2019; Saboia, 2016) possuem limitações, dadas as dificuldades de acesso a dados desagregados sobre o tema. Para Litwin, Perova e Reynolds (2019), as informações sobre mortalidade são medidas ruidosas, pois nem todos os homicídios de mulheres são cometidos por parceiro íntimo, o que limita as conclusões.

Após a publicação da revisão teórica anteriormente referida (Leite *et al.*, 2019), as mesmas autoras apresentaram uma pesquisa quantitativa, de base domiciliar, na cidade de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro (Leite *et al.*, 2022). A amostra foi composta por 807 mulheres que relataram algum relacionamento íntimo nos 12 meses anteriores à pesquisa, e os resultados demonstraram que, de modo geral, o PBF não apresenta efeitos sobre a violência contra mulheres nas famílias mais pobres, mas aumenta o risco de violência psicológica nas famílias acima da linha de pobreza. Conforme as autoras, para a diminuição dos casos de violência contra mulheres em situação de pobreza é importante combinar a transferência de renda com ações voltadas à conscientização e à equidade de gênero.

Evidências quantitativas de forma indireta também foram observadas, as quais, mesmo não se dirigindo à temática da violência doméstica *per se*, indicam efeitos nesse sentido. São os casos de Mariano e Carloto (2013) e Lavinias, Cobo e Veiga (2012).

As primeiras desenvolveram pesquisa com 102 mulheres dos municípios de Londrina, no estado do Paraná, e de Uberlândia, em Minas Gerais. Mesmo se tratando de uma amostra pequena, as autoras, alinhadas à tese da funcionalização, apresentaram os resultados de maneira descritivo-quantitativa, evidenciando que 52,9% das respondentes declararam ter mais responsabilidades depois da inclusão no PBF. Ao mesmo tempo, 56,8% do total e 67,7% entre as mulheres negras sentiram-se mais respeitadas nas relações familiares a partir do recebimento do benefício (Mariano; Carloto, 2013). Embora as autoras não tratassem diretamente do tema da violência, tampouco da separação conjugal, consideramos que mais respeito é um elemento importante para que haja menos violência.

No estudo de Lavinias, Cobo e Veiga (2012) sobre o impacto das transferências de renda na autonomia das mulheres e nas relações de gênero, baseado em um *survey* aplicado na cidade de Recife, no estado de Pernambuco, com representatividade para um universo de 121 mil famílias pobres, os resultados encontrados no tocante aos “conflitos em casa” (não foi utilizado o termo violência ou afins) opõem-se aos do supracitado trabalho de Leite *et al.* (2022). Para 80,4% das entrevistadas, os conflitos em casa não aumentaram em virtude de elas terem recebido os benefícios, ao passo que para 10% delas a relação com o cônjuge piorou (além de 14,5% indiferentes). Em acréscimo, as pesquisadoras identificaram uma alta concordância das mulheres (que vivem com cônjuges e controlam sua fecundidade) com a afirmação “agora que as mulheres recebem o Bolsa Família, a relação com o companheiro/cônjuge melhorou” (Lavinias; Cobo; Veiga, 2012).

Com metodologia qualitativa, encontramos outras pesquisas sobre o PBF, pobreza e/ou gênero que mostram efeitos sobre as situações de violência doméstica e familiar, mesmo que algumas não tenham investigado esse tema específico. Dentre elas, destacamos os trabalhos de: Rego e Pinzani (2014), Rodrigues, Schabbach e Marx (2014), Balmori de la Miyar (2018) e Stuker (2021).

No livro *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*, Rego e Pinzani (2014) afirmam que seria um erro pensar que a política pública se limita a garantir a sobrevivência material de famílias destituídas e extremamente pobres. Mesmo que os autores não tenham proposto uma análise na perspectiva de gênero, ressaltam o impacto do programa nas vidas das mulheres, já que são elas as responsáveis pelo benefício. Entre as conclusões, afirmam que a renda é capaz

de libertar as mulheres de relações privadas opressoras e dos controles pessoais sobre sua intimidade. As entrevistas indicaram potencialidades liberatórias das mulheres diante de situações de opressão nas relações conjugais, sendo que, em alguns casos, “o recebimento de uma renda regular monetária permitiu a algumas mulheres saírem de casamentos difíceis” (Rego; Pinzani, 2014, p. 202). Para os pesquisadores, tais resultados decorrem tanto do processo de cidadania no reconhecimento de seus direitos quanto da autonomia financeira alcançada com a segurança material.

Nessa mesma linha, pesquisa sobre o Programa RS Mais Igual⁶ identificou um processo de cidadania vivenciado pelas mulheres beneficiadas e com possibilidade de rompimento das relações conjugais violentas. Rodrigues, Schabbach e Marx (2014) apontam que o fato de serem as responsáveis pelo recebimento do benefício pode dotar as mulheres de autonomia financeira para se afastarem das situações de violência doméstica, além de lhes permitir fazer escolhas e tomar decisões, como a de se separar do companheiro violento, o que demonstra que o benefício incide sobre as relações de poder entre parceiros íntimos.

Por fim, cita-se a tese de doutorado de Stuker (2021), que buscou entender como o PBF se relaciona com os processos de emancipação feminina de relacionamentos violentos, sem olvidar a problemática levantada pela perspectiva da funcionalização (Mariano, 2008). A pesquisa foi desenvolvida em municípios localizados no Rio Grande do Sul e no Nordeste brasileiro, a partir de entrevistas em profundidade com mulheres titulares do PBF, ou suas filhas, que tivessem histórico de violência doméstica e familiar. Os resultados demonstraram que o recebimento do benefício do PBF repercute sobre os “processos de emancipação feminina da violência doméstica”, conceito cunhado pela autora, conforme as seguintes formas de sobrevivência: autossuficiência econômica básica, estratégias de ampliação do recurso, inserção institucional e escolarização. Foi verificado, também, que o desempenho do programa sobre esses processos varia de acordo com a raça, pois, diferente das mulheres negras, as mulheres brancas referiram não vislumbrar a possibilidade de autossuficiência com o benefício recebido e, por conseguinte, de rompimento da relação violenta. Para mais, conforme relataram as entrevistadas, a participação em atividades junto ao Centro de Referência de Assistência Social (Cras) ou ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) trouxe-lhes maior capacidade de reação aos conflitos na relação (Stuker, 2021).

A partir da análise dos trabalhos, identificou-se uma lacuna empírica sobre em que medida os PTCs impactam na proteção ou no risco de violência para mulheres que compõem a cifra oculta dos casos, ou seja, aqueles que não chegam ao conhecimento dos serviços públicos, sequer da Assistência Social. Este é um grande desafio de pesquisa, cuja resolução permitiria novos olhares sobre o tema.

Considerações finais

A relação entre PTCs e violência baseada no gênero é um campo de pesquisa incipiente e exigente, pois, além de envolver temas profundamente sensíveis, demanda a combinação de diferentes objetos de estudo e metodologias.

⁶ O RS Mais Igual foi um programa do governo do estado do Rio Grande do Sul para suplementação de renda e geração de oportunidades, sendo complementar ao PBF.

Sobretudo, requer do(a) pesquisador(a) uma sensibilidade investigativa e uma construção metodológica inovadora, capazes de destrinchar influências nem sempre captadas em conexões de causa e efeito.

Vimos neste estudo que as pesquisas de enfoque quantitativo, com certa representatividade estatística, tendem a avaliar se esse tipo de proteção social impacta no número de casos de violência. Por sua vez, as de abordagem qualitativa detalham mais elementos como a forma que a titularidade das mulheres pobres na transferência de renda reflete em suas possibilidades de reação às situações de violência. Ou seja, enquanto as pesquisas estatísticas têm como foco analítico a diminuição ou o aumento das ocorrências de violência - com exceção de Balmori de la Miyar (2018), que examinou os impactos nas denúncias -, as qualitativas enfocam o comportamento das mulheres diante das relações agressivas. Ambos os enfoques possuem potencialidades e desafios.

Os estudos quantitativos sobre PTCs e violência contra mulheres apresentam resultados heterogêneos. As evidências indicam que esses programas podem trazer efeitos negativos, positivos ou indiferentes sobre as ocorrências de violência baseada no gênero em contexto doméstico e familiar. As dificuldades metodológicas para análises estatísticas mais robustas provavelmente contribuem para essas divergências. No caso dos estudos baseados em sistemas públicos de dados, destaca-se a dificuldade de acesso a informações desagregadas e mais precisas sobre violência e atendimento por PTC, as quais são necessárias para fortalecer a validade dos achados empíricos. Por sua vez, os *surveys* já realizados limitam-se a certas localidades, não permitindo extrapolar os achados, além de apresentarem a dificuldade de se abordar, via aplicação de um questionário, um assunto sensível como o da violência doméstica.

Assim como os estudos quantitativos, as pesquisas qualitativas também possuem limitações para a compreensão da relação entre violência doméstica e familiar contra mulheres e PTCs de titularidade prioritária feminina, ou, mais especificamente, o PBF. A maior parte dos trabalhos com esse enfoque não advém de pesquisas desenhadas com a finalidade de avaliar o desempenho dos PTCs sobre as situações de violência ou a condição das mulheres, pois perseguem outros objetivos e/ou apenas tangenciam o tema. Em contrapartida, a tese de Stuker (2021) aprofundou diferentes mecanismos pelos quais a relação entre transferência de renda e processos de emancipação da violência doméstica ocorre, porém, no geral, não contemplou casos em que esses movimentos ainda não haviam iniciado.

Além da diversidade de abordagens metodológicas, o próprio objeto de análise é moldável e reivindica uma ampliação da agenda de pesquisa. São pertinentes e necessários, nesse sentido, trabalhos que avaliem os efeitos de restrições orçamentárias e mudanças nas políticas de transferência de renda em relação à violência de gênero, a exemplo, no Brasil, da substituição do Programa Bolsa Família pelo Auxílio Brasil, em 2021.

Do mesmo modo, o campo temático carece de estudos sobre os possíveis efeitos de programas de proteção social sem condicionalidades ou focalização feminina sobre mulheres em situação de violência doméstica, os quais trarão esclarecimentos adicionais à tensão científica entre empoderamento e funcionalização. Por exemplo, programas que destinam benefícios para dois ou mais membros da família, em separado, como o auxílio emergencial (Brasil, 2020) adotado durante a pandemia da covid-19.

Referências

- BALMORI DE LA MIYAR, J. R. The effect of conditional cash transfers on reporting violence against women to the police in Mexico. **International Review of Law and Economics**, v. 56, p. 73-91, 2018.
- BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? **Cadernos Pagu**, v. 55, e195525, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201900550025>.
- BELL, E. **Violence against women and cash transfers in humanitarian context**. London: VAWG Helpdesk, 2015. (VAWG Helpdesk Research Report, n. 68). Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/violence-against-women-and-cash-transfers-in-humanitarian-contexts>. Acesso em: 9 fev. 2021.
- BOBONIS, G. J.; CASTRO, R.; MORALES, J. S. **Conditional cash transfers for women and spousal violence: evidence of the long-term relationship from the Oportunidades Program in rural Mexico**. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2015. (IDB Working Paper Series, n. IDB-WP-632). Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/conditional-cash-transfers-women-and-spousal-violence-evidence-long-term-relationship-oportunidades>. Acesso em: 13 set. 2020.
- BOBONIS, G. J.; GONZÁLEZ-BRENES, M.; CASTRO, R. Public transfers and domestic violence: the roles of private information and spousal control. **American Economic Journal: Economic Policy**, v. 5, n. 1, p. 179-205, 2013.
- BOSCAINI, B. O. **A transferência internacional de políticas de assistência social durante o governo Lula (2003-2010): dimensões simbólica e institucional**. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm. Acesso em: 26 fev. 2023.
- BRASIL. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019 [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 abr. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm. Acesso em: 26 fev. 2023.
- BRASIL. Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14284.htm. Acesso em: 26 fev. 2023.
- COSTA, D. **Considerações sobre o Programa Bolsa Família: implicações para o empoderamento e a autonomia das mulheres**. Rio de Janeiro: Ibase, 2008. Disponível em: <https://socialprotection.org/discover/publications/considera%C3%A7%C3%B5es-sobre-o-programa-bolsa-fam%C3%ADlia-implica%C3%A7%C3%B5es-para-o-empoderamento>. Acesso em: 13 set. 2020.

- ELLSBERG, M. *et al.* Prevention of violence against women and girls: what does the evidence say? **Lancet**, v. 385, n. 9977, p. 1555-1566, 2015. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(14\)61703-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(14)61703-7).
- FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100004>.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Pobreza, substantivo feminino. **Observatório da Desigualdade**, n. 8, p. 1-22, 2020. Disponível em: <http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Boletim-8.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2020.
- GOMES, S. S. R. Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda: o caso do Bolsa Família no Brasil. **Textos & Contextos**, v. 10, n. 1, p. 69-81, 2011.
- HAGEN-ZANKER, J. *et al.* **The impact of cash transfers on women and girls: a summary of the evidence**. London: Overseas Development Institute, 2017. Disponível em: <https://cdn.odi.org/media/documents/11374.pdf>. Acesso em: 7 out. 2020.
- HEISE, L. L. **What works to prevent partner violence? An evidence overview**. London: Strive Research Consortium, 2011. Disponível em: <https://www.oecd.org/derec/49872444.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.
- HIDROBO, M.; PETERMAN, A.; ROY, S. Can cash transfers prevent intimate partner violence? **International Food Policy Research Institute**, 17 May 2016. Disponível em: <https://www.ifpri.org/blog/can-cash-transfers-prevent-intimate-partner-violence>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- HIDROBO, M.; PETERMAN, A.; HEISE, L. The effect of cash, vouchers, and food transfers on intimate partner violence: evidence from a randomized experiment in northern Ecuador. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 8, n. 1, p. 284-303, 2016. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/app.20150048>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- LAVINAS, L.; COBO, B.; VEIGA, A. Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 6, n. 10, p. 31-56, 2012. DOI: <https://doi.org/10.31406/relap2012.v6.i1.n10.2>.
- LEITE, T. H. *et al.* Women economic empowerment via cash transfer and microcredit programs is enough to decrease intimate partner violence? Evidence from a systematic review. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 9, e00174818, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00174818>.
- LEITE, T. H. *et al.* The role of income on the relationship between the Brazilian cash transfer program (*Programa Bolsa Família*) and intimate partner violence: evidence from a multigroup path analysis. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 37, n. 7-8, p. NP4006-NP4029, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/0886260520951313>.
- LITWIN, A.; PEROVA, E.; REYNOLDS, S. A. A conditional cash transfer and women's empowerment: does Bolsa Família influence intimate partner violence? **Social Science & Medicine**, v. 238, 112462, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2019.112462>.

- MARIANO, S. A. Cidadania na perspectiva das mulheres pobres e papéis de gênero no acesso a políticas assistenciais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, p. 119-157, 2009.
- MARIANO, S. A. Traduções político-culturais de gênero na política de assistência social: paradoxos e potencialidades para o empoderamento das mulheres no programa Bolsa Família. **Revista Gênero**, v. 9, n. 1, p. 155-187, 2008.
- MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p. 393-417, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000200011>.
- MATOS, M.; SANTOS, Y. G.; SIMÕES, S. **O impacto do Programa Bolsa Família sobre a vida das mulheres nos meios rural e urbano**: cotidiano e projeções para a autonomia feminina - o caso de Minas Gerais. Belo Horizonte: Nepem, 2015.
- MITRA, A.; BANG, J. T.; ABBAS, F. Do remittances reduce women's acceptance of domestic violence? Evidence from Pakistan. **World Development**, v. 138, 105149, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105149>.
- MOLYNEUX, M. **Change and continuity in social protection in Latin America**: mothers at the service of the State? Geneva: UNRISD, 2007. (Gender and Development Programme Paper, n. 1). Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/45959/001.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2021.
- MOREIRA, N. C. et al. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 2, p. 403-423, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000200004>.
- MOREIRA, G. C. et al. Programa Bolsa Família e violência doméstica contra a mulher no Brasil. **Estudos Econômicos**, v. 46, n. 4, p. 973-1002, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-4161464977gled>.
- PEROVA, E. **Three essays on intended and not intended impacts of conditional cash transfers**. 2010. Tese (Doutorado em Filosofia) - University of California, Berkeley, 2010.
- REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- RODRIGUES, A. B.; SCHABBACH, L. M.; MARX, V. Cidadania, empoderamento feminino e promoção familiar através das políticas sociais de transferência de renda. In: BRITES, J. G.; SCHABBACH, L. M. (org.). **Políticas para família, gênero e geração**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. p. 33-55.
- SABOIA, M. C. P. S. **O impacto do programa Bolsa Família sobre a violência contra a mulher**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1033/1/MCPSab%C3%B3ia.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2019.
- SAFFIOTI, H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000400009>.

- SPENCER, R. A. *et al.* The impact of temporary assistance for needy families, minimum wage, and Earned Income Tax Credit on Women's well-being and intimate partner violence victimization. **Social Science & Medicine**, v. 266, 113355, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2020.113355>.
- SOUZA, L. P. **Bolsa Família**: socializando cuidados e mudando as relações de gênero? 2015. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- SUÁREZ, M.; LIBARDONI, M. O impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres. *In*: VAITSMAN, J.; PAES-SOUSA, R. (org.). **Avaliação de políticas e programas do MDS**: resultados: Bolsa Família e Assistência Social. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, 2007. v. 2, p. 119-162.
- STUKER, Paola. **Sobrevivências**: transferência condicionada de renda e processos de emancipação feminina da violência doméstica. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/226025>. Acesso em: 26 fev. 2023
- TABBUSH, C. Latin American women's protection after adjustment: a feminist critique of conditional cash transfers in Chile and Argentina. **Oxford Development Studies**, v. 38, n. 4, p. 437-459, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1080/13600818.2010.525327>.
- TANKARD, M. E.; IYENGAR, R. Economic policies and intimate partner violence prevention: emerging complexities in the literature. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 33, n. 21, p. 3367-3387, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/0886260518798354>.
- TEBET, M. Percepções de gênero entre casais beneficiários do Programa Bolsa Família. **Dilemas**, v. 5, n. 2, p. 295-334, 2012.
- TEPICHIN VALLE, A. M. **Equidad de género y pobreza**: autonomía en beneficiarias del programa oportunidades: estudio de caso. Xochitepec: Instituto Nacional de Desarrollo Social: Luna Quintana Editores, 2005.
- UN WOMEN. **Progress of the world's women 2015-2016**: transforming economies, realizing rights. New York: UN Women, 2015. Disponível em: <https://progress.unwomen.org/en/2015/>. Acesso em: 8 nov. 2020.
- WALKER, L. E. A. **The battered woman syndrome**. 3. ed. New York: Springer, 2009.
- WORLD BANK GROUP. **Toward gender equality**: the role of public policy: an overview. Washington, DC: World Bank Group, 1995. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/443031468764979471/toward-gender-equality-the-role-of-public-policy-an-overview>. Acesso em: 2 jan. 2021.

Resumo

Transferência de renda e violência de gênero: lacunas e controvérsias científicas

Este artigo apresenta um balanço da produção científica brasileira e internacional sobre os programas de transferência de renda e seus efeitos nas questões de gênero, especialmente nas situações de violência contra mulheres no âmbito doméstico e familiar. Com foco no período entre 2011 e 2021, foram selecionadas pesquisas com distintas metodologias e que abordassem diferentes políticas de transferência de renda no cenário global. Os estudos compõem um arsenal de resultados que contribuem para o conhecimento de como as questões culturais e econômicas repercutem na vida de mulheres em situação de violência. Tais resultados, todavia, apontam para efeitos ora negativos ora positivos desses programas na posição das mulheres dentro de suas famílias e na ocorrência de violências. Essas divergências se devem, em parte, à escassez de análises estatísticas mais robustas e de pesquisas qualitativas que aprofundem as consequências das políticas sobre a violência de gênero.

Palavras-chave: *Políticas de transferência de renda; Gênero; Violência de gênero; Violência doméstica; Programa Bolsa Família.*

Abstract

Income transfers and gender-based violence: scientific gaps and controversies

This article presents a review of the Brazilian and international scientific production on Income Transfer Programs and their effects on gender issues, especially in situations of violence against women in the domestic and family context. Focusing on the period between 2011 and 2021, we selected research with different methodologies that addressed different income transfer policies in the global scenario. The studies comprise an arsenal of results that contribute to the knowledge of how cultural and economic issues affect the lives of women in situations of violence. These results, however, point to the sometimes negative and sometimes positive effects of these programs on the position of women within their families and on the occurrence of violence. These divergences are due, in part, to the scarcity of more robust statistical analyzes and qualitative research that deepens the consequences of policies on gender-based violence.

Keywords: *Income transfer policies; Gender; Gender violence; Domestic violence; Bolsa Família Program.*

Résumé

Transfert de revenus et violence de genre : lacunes scientifiques et controverses

Cet article présente un aperçu de la production scientifique brésilienne et internationale sur les programmes de transfert de revenus et leurs effets sur les questions de genre, en particulier dans les situations de violence contre les femmes dans le contexte domestique et familial. En se concentrant sur la période entre 2011 et 2021, des études utilisant différentes méthodologies et traitant de différentes politiques de transfert de revenus dans le scénario global ont été sélectionnées. Les études comprennent un arsenal de résultats qui contribuent à la connaissance de la façon dont les questions culturelles et économiques affectent la vie des femmes en situation de violence. Ces résultats montrent cependant les effets parfois négatifs, parfois positifs de ces programmes sur la position des femmes au sein de leur famille et sur l'occurrence de la violence. Ces divergences sont dues, en partie, à la rareté d'analyses statistiques plus solides et de recherches qualitatives qui approfondissent les conséquences des politiques sur la violence sexiste.

Mots-clés : *Politique de transfert de revenus ; Genre ; Violence de genre ; Violence domestique ; Programme Bolsa Família.*